



APRESENTA





Prêmio Nacional de Educação Fiscal



Projeto Educação Fiscal na escola: formando cidadãos conscientes, Riacho Fundo, Distrito Federal

Uma década dedicada à valorização da Educação Fiscal e à formação da cidadania



IDENTIFICAR, DISSEMINAR E VALORIZAR BOAS PRÁTICAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



Prêmio de Boas Práticas Tributárias e Cidadania

www.premiotributare.org.br

Realização



Patrocinadores









Expediente







Dezembro 2022



DIRETORIA FEBRAFITE - BIÊNIO 2022-2024

PRESIDENTE: Rodrigo Keidel Spada (SP)

PRESIDENTE DE HONRA: Roberto Kupski (RS)

1ª VICE-PRESIDENTE: Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni (Papá) (MG)

2° VICE-PRESIDENTE: Marcelo Ramos de Mello (RS)

3° VICE-PRESIDENTE: Rubens Roriz (DF)

4° VICE-PRESIDENTE: Geraldo Henrique de Oliveira Nogueira (PA) 5° VICE-PRESIDENTE: José Caetano Mello Júnior (PI)

DIRETOR DE SAÚDE: Cleudes Cerqueira (BA)

DIRETOR DE SAÚDE SUBSTITUTO: Marco Antônio Alves do Espírito Santo (ES)
DIRETOR DE PREVIDÊNCIA E SEGUROS: Flávio Emílio Rodrigues Auerswald (MT)

DIRETORA DE TURISMO E EVENTOS: Marcos Carneiro (BA)

DIRETOR DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS: Juracy Soares (CE)

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Edilson de Oliveira Bezerra Junior (RN)
DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES: José Ribamar Pinto Damasceno (RN)

DIRETOR JURÍDICO: Jorge Couto (TO)

DIRETOR FINANCEIRO: Valter Agapito Teixeira (DF)

1º SECRETÁRIA: Maria Teresa de Siqueira Lima (ES)

2ª SECRETÁRIA: Antônio Pereira (PB)

CONSELHO FISCAL EFETIVOS:

Mauro Roberto da Silva (RO) João Urbano Dominoni (MS)

Roberto da Silva Geraldo (AM)

CONSELHO FISCAL SUPLENTES:

Ari José Pritsch (SC)

Anatal de Jesus Pires de Oliveira (AP)

EXPEDIENTE

Capa e Projeto Gráfico: Agência Nuvem

Designer: Maiky Torres

Logomarca do Prêmio: Felipe Oliveira

Foto capa: Professora Eliane Oliveira de Azevedo (Escola Kanegae, Riacho Fundo, DF)

Fotos: Acervo Febrafite

Jornalistas: Francisca Azevedo, João Guilherme Frey

www.premioeducacaofiscal.org.br E-mail: ascom@febrafite.org.br

Tels: +55 61 3328-2907/1486

Nosso endereço:

Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE

Associação Vacional das Associações de Tasada de Influtos Esta SRTVN - QD. 702 - BL. "P", Ed. Rádio Center - Salas 1056 A 1059 Asa Norte Brasília / DF - CEP: 70.719-900

Telefones: (61) 3328-2907/148 www.febrafite.org.br



SUMÁRIO

Palavra do Presidente	04
Idealizador	06
Entrevista	08
O Prêmio Nacional de Educação Fiscal em Números	10
A participação do GT66-Educação Fiscal na disseminação do papel social do tributo	12
A Educação Fiscal na imensidão amazônica	14
Registros dos projetos premiados ao longo dos dez anos do Prêmio Nacional	16
A Educação Fiscal semeia a transformação social	18
10 Anos do Prémio Nacional de Educação Fiscal – Parabéns e Obrigado à Febrafite!	19
Finalistas 2020	20
Finalistas 2021/22	24
Por que os gaúchos batem recordes de inscrições?	26
Prêmio de Educação Fiscal nos estados	30

Uma iniciativa virtuosa



Uma das principais virtudes e, ao mesmo tempo, um dos maiores desafios de qualquer atuação institucional é a perenidade das iniciativas. Projetos duradouros, que avançam e crescem sob os cuidados de diferentes gestões, são raros porque exigem firme alinhamento de propósitos e sincero compromisso com a entidade e seus objetivos. Essas iniciativas, só alcançam êxito quando são frutos da ação coletiva, com guarda, responsabilidade e orgulho compartilhados. Essa é a síntese da trajetória do Prêmio Nacional de Educação Fiscal.

A atuação da Febrafite em busca da justiça fiscal e social do país, o aperfeiçoamento do sistema tributário e fomento à cidadania fiscal, por meio do Prêmio Nacional de Educação Fiscal (PNEF), rendeu o reconhecimento de parlamentares federais. A entidade é uma das agraciadas do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública – Edição 2022,

iniciativa da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que, há mais de 15 anos, reconhece e homenageia o trabalho das entidades que se destacam pela inovação e eficiência na transparência da gestão administrativa, patrimonial e financeira dos recursos públicos.

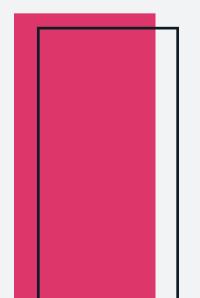
Este importante prêmio, que será concedido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, neste mês de dezembro, vem coroar esta primeira década do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, que é fruto de um trabalho perene da nossa Associação Nacional e do apoio de parceiros inestimáveis que angariamos ao longo desses anos.

Os dez anos do Prêmio Nacional são, sem dúvida, expressão de solidez e força desta ideia. Isso só é possível porque contamos com o comprometimento de parceiros que apoiam a realização do Prêmio – a quem somos muito gratos. A este grupo, somam-se, neste ano, novas instituições: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp); Terracap; Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis); e Samambaia Filantropias.

Reforçamos nosso entusiasmo em compartilhar com os parceiros e a sociedade a realização do Prêmio e a confiança de que a Educação Fiscal contribui para a construção de um país mais justo e igualitário.

Rodrigo Spada

Presidente da Febrafite



















Nacional de Educação Fiscal 2019



Em busca do efetivo exercício da cidadania

Em mais de 30 anos do exercício da atividade de Auditor Fiscal na Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, nunca me conformei com o comportamento de parte da sociedade que desconhece a função social dos tributos e vê os impostos como mera obrigação.



Devido à minha experiência no Programa de Educação Tributária estadual, visualizei a carreira fiscal como uma oportunidade para trabalhar a Educação Fiscal e mobilizar forças da sociedade para disseminar informações sobre como são arrecadados, aplicados e fiscalizados os recursos públicos.

Gerente de Comunicação da Petrobras, José Samuel Magalhães, durante a solenidade de premiação. Estatal patrocinou o Prêmio de 2013 a 2015



Apresentação do vídeo institucional do Prêmio à Globo



Lancamento do Prêmio no



Ministro Mendonça Filho, da Educação, apresenta nova versão da Base Nacional Curricular Comum. constando a Educação Fiscal como um dos temas transversais a ser trabalhado em todas as disciplinas obrigatórias.



2012

Realização de reunião com a

ESAF, que coordenava o Programa Nacional de Educação Fiscal

Presidente da Febrafite, Roberto Kupski, em evento do Prêmio Gestor Público, onde teve a ideia de criar o Prêmio Nacional de Educação Fiscal



Reunião sobre o Prêmio Nacional com o presidente da OAB Nacional, Marcus Vinicius



Divulgação dos finalistas é destaque no jornal Correio Braziliense

2014



2017





Em novembro de 2011, participei da solenidade do Prêmio Gestor Público, iniciativa da Sefaz/RS e entidades gaúchas do Fisco e, então, vislumbrei uma iniciativa nacional que pudesse promover a Educação Fiscal no país.

Retornei a Brasília, onde exercia o cargo de Presidente da Febrafite, e no voo esbocei a primeira ideia do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, que foi bem aceita pelo Conselho Deliberativo da entidade nacional.

Solicitamos, então, a primeira reunião com a Escola de Administração Fazendária, que coordenou até 2019 o Programa Nacional de Educação Fiscal. A acolhida dos dirigentes superou todas as expectativas e avançamos com novas parcerias: OAB Nacional, Rede Globo, CIAT, Encat e tantos outros.

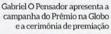
Hoje, o Prêmio Nacional é motivo de orgulho para todos nós. Sem dúvidas, estamos contribuindo para a formação de cidadãos ativos e conscientes de seus direitos e deveres. É a Educação que capacita, principalmente crianças e jovens, que poderão tornar-se futuras autoridades do nosso País. Com isso. forma-se um ciclo virtuoso de cidadania.

Alguns são premiados, mas todos são vencedores.

Roberto Kupski

Presidente de Honra da Febrafite e idealizador do Prêmio Nacional de Educação Fiscal







Balão de divulgação do Prêmio

na Esplanada dos Ministérios



2019

Lancamento do livro Outros Olhares sobre a Educação Fiscal, do Auditor Augusto Bernardo





Febrafite recebe o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, da Câmara dos deputados



2020

2022

2018

16 de março de 2018 - Após 16 anos à frente da Febrafite. Roberto Kupski deixa a presidência e Juracy Soares (CE) assume a gestão da entidade nacional que representa mais de mais 30 mil Auditores Fiscais dos Estados



Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, assina termo de cooperação com a Febrafite para realização do Prêmio Nacional



Maurício de Sousa apresenta a campanha institucional de divulgação do Prêmio Nacional na Globo



Febrafite assina termo de cooperação com o Tesouro Nacional para o PNEF



Rodrigo Spada assume presidência da Febrafite em primeira assembleia por videoconferência



Nathalia Arcuri apresenta a campanha do Prêmio na Globo



Retomada do Prêmio, com a conclusão da edição 2020 e realização da edição bienal 2021/2022, que teve recorde de inscrição









Vice-presidente da Febrafite, **Maria Aparecida Meloni - Papá,**

colabora com o Prêmio Nacional de Educação Fiscal desde sua primeira edição. Atual coordenadora do Prêmio - cargo exercido anteriormente por Lirando de Azevedo Jacundá e Rodrigo Spada - ela conta um pouco da história da iniciativa e comenta os atuais resultados do projeto nesta entrevista.

Coordenadora do Prêmio celebra capilaridade e inovação dos projetos inscritos

A Educação Fiscal é citada no Plano Nacional de Educação como tema transversal. Quais os caminhos para o tema avancar nas salas de aula do país?

É muito relevante e pertinente a iniciativa do Ministério da Educação. Sabemos que a seleção dos temas transversais que compõem a Base Nacional Comum Curricular - BNCC se orienta por conteúdos relacionados com a compreensão e a construção da realidade social, os direitos e responsabilidades do indivíduo e da coletividade, e a maior participação política. Assim, uma seleção de temas orientada por esses critérios não poderia deixar de contemplar a Educação Fiscal. Mas, a citação do tema no PNE não é suficiente, precisamos de maior ênfase, que o MEC e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação sejam indutores e patrocinadores de programas contínuos e permanentes de EF em todas as séries do ensino fundamental e médio, afinal a EF forma o cidadão e transforma a sociedade.

Você acompanhou a realização do Prêmio Nacional nesses dez anos. Nesse período, o que mais te surpreendeu? Alguma prática específica?

O que mais surpreende é, sem dúvida, celebrar uma década do Prêmio com recorde de inscrições, projetos fantásticos, vindos de todas as regiões do país. Temos o país inteiro participando, de grandes a pequenas cidades, uma capilaridade surpreendente, o que comprova a assertividade e a pertinência da iniciativa. Uma ideia que nasceu pequena em uma reunião do Conselho Deliberativo da Febrafite, que cresceu com o apoio de muitos e valorosos parceiros. A cada ano, somos surpreendidos, ora com projetos super inovadores, ora com pessoas extremamente criativas, dedicadas e corajosas, apesar de trabalharem com minguados recursos e abundantes carências.

Como é feita a escolha dos vencedores?

O processo é bastante simples, conduzido com muita transparência e absoluta imparcialidade. Inicialmente, cada projeto recebe um número





de identificação, e só após emitida a listagem de classificação final é que sabemos de onde e quem são os finalistas. A primeira etapa da avaliação acontece nos estados, com a cooperação de cada Associação filiada. Lá, Auditores do Fisco Estadual vão ao local onde o projeto está em execução e conferem as informações prestadas, entrevistam os envolvidos diretamente com os projetos, conferem material didático e outros documentos complementares que podem ajudar a melhor compreensão do trabalho e preenchem as fichas de avaliação, que são enviadas para a sede da Febrafite.

Fiscal. São muitas as Instituições que abraçaram essa iniciativa. Nosso desafio é enorme, do tamanho do Brasil, desejamos que em cada um dos 5570 municípios brasileiros haja alguém tratando do tema Educação Fiscal, seja escola ou instituição, um profissional de imprensa ou de tecnologia, alguém falando e formando cidadãos conscientes da importância do tributo para a vida em sociedade e ensinando a zelar pelo bom uso dos recursos públicos. Isso não é trabalho de uma geração apenas, mas as pessoas passam, as ideias, não.

A etapa final é realizada pela Comissão Julgadora, composta de um representante do Ministério da Educação, Receita Federal, Tesouro Nacional, Comsefaz, Unafisco Nacional, Sindifisco Nacional, ENCAT, Conselho Federal da OAB, CONAMP e o site Congresso em Foco. Dois avaliadores analisam cada projeto e apontam as notas para os aspectos de avaliação. As notas são lançadas no programa que apura a média e define a classificação.

A edição bienal 2021/22 teve recorde de inscrições num contexto pós-pandemia de Covid-19, de anos considerados perdidos para a educação. Como explicar esse resultado?

Acredito que muitos fatores podem ter contribuído para essa performance. Devo ressaltar o apoio do Grupo de Educação Fiscal dos Estados. Desde já, manifesto nosso reconhecimento ao brilhante trabalho que o Grupo tem realizado em prol da Educação Fiscal. No Confaz, organizados no GT.66, o GEFE se fortaleceu e ampliou parcerias importantes, como as Secretarias Estaduais

de Educação. Isso assegurou maior capilaridade à Educação Fiscal e, nesse contexto, penso que o Prêmio tem sido um incentivo, uma forma de estimular maior participação. Nesses 10 anos, temos observado um aumento constante na quantidade de projetos inscritos, isso mostra que o Prêmio se consolidou e entrou na agenda nacional.

Qual a importância do Prêmio Nacional para a Febrafite? Principais motivações? E quais os desafios da Associação Nacional para os próximos dez anos?

Embora tenha nascido na Febrafite, hoje, consideramos que o Prêmio é de todos que acreditam no poder transformador da Educação e que a formação da cidadania passa, necessariamente, pela Educação



Integrantes da Comissão Julgadora da edição bienal 2021/2022

Fabiane Paloschi Guirra – Receita Federal Antônio Barros - Tesouro Nacional Alexandre Reis Vieira da Silva - Tesouro Nacional Hilquias Rosa de Oliveira- Ministério da Educação Luiz Carlos R. D. Costa - Ministério da Educação Trajano Sousa de Melo - Conamp Alexandra da Silva Vieira - ENCAT Carolina Michelman - Comsefaz Guilherme Cardoso Leite - OAB Nacional Dhiulia Oliveira - OAB Nacional Virgílio Fordelone Neto - Unafisco Nacional George Alex Lima de Souza - Unafisco Nacional Luiz Cláudio de Araújo Martins - Sindifisco Nacional Maria de Lourdes Carvalho - Sindifisco Nacional Victor Lins - Sinafresp Gilberto Pereira - Anfip Denise Rothenburg – Correio Braziliense Rudolfo Lago - Congresso em Foco



O Prêmio Nacional de Educação Fiscal em números

Nos dez anos de Prêmio, temos números expressivos. São milhares de inscrições e de estudantes impactados pela iniciativa.

46
projetos
premiados
nos 10 anos



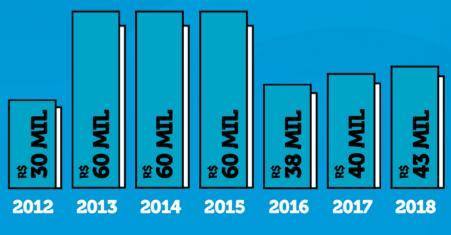
Mais de 15 MIL

estudantes impactados em 10 anos



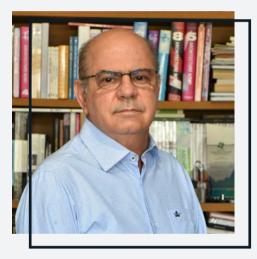
VALOR
DISTRIBUIDO EM
PREMIAÇÃO







A participação do GT66-Educação Fiscal na disseminação do papel social do tributo



Luiz Antonio Zanon

Auditor Fiscal da Receita Estadual - AFRE - SEF/
MG Coordenador do GT66- Educação Fiscal

O Grupo de Trabalho GT66-Educação Fiscal, ligado ao Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, coordena nacionalmente o Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF e tem como objetivo esclarecer sobre a função socioeconômica dos tributos, essencial à realização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Entender o tributo como viabilizador das políticas públicas é sinal de maturidade de uma sociedade. Este é um dos pilares do tema contemporâneo transversal - TCT/Educação Fiscal, presente no PNEF e, cuja importância para a sociedade é inquestionável.

Traduzir questões tributárias para a linguagem do cotidiano do cidadão, reduzir a tecnicidade do tema, e deixá-lo acessível ao cidadão é o nosso objetivo.

Ao trabalhar o tema nas escolas, tanto no nível da educação básica quanto no nível médio e superior, abrimos possibilidades de ampliar o entendimento deste tema complexo para o estudante e cidadão em seu dia a dia. Afinal, entender o que é o tributo, de onde vem, como é utilizado e para onde vai, é essencial para a vida em sociedade, o contraponto entre coletividade e individualidade.

Com esse propósito, realizamos diversas ações de conscientização, divulgação e treinamentos técnicos sobre a Educação Fiscal tanto nos estados quanto nos municípios. Uma destas ações é o Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, ação de caráter nacional que visa levar o participante a conhecer detalhadamente os conteúdos inerentes ao programa e que o dotam de embasamento teórico-prático suficiente para a aplicação junto à comunidade escolar.



Ao longo dos anos, o curso vem deixando um legado de profissionais disseminadores nos estados. Além da formação teórica, a etapa final é composta por um trabalho denominado "plano de ação" ou "projeto pedagógico" onde o disseminador é incentivado a propor um trabalho a ser utilizado, na prática, em sala de aula, na comunidade escolar ou em sua área de atuação profissional.

Este plano, agora alçado à condição de projeto, quando aplicado movimenta o seu público-alvo, sua comunidade, mostrando no dia a dia as questões teóricas que envolvem o tributo e sua relação com a vida do cidadão.

O resultado deste trabalho é então, um projeto real desenvolvido e praticado, que pode vir a ser inscrito no Prêmio Nacional de Educação Fiscal evidenciando ao Brasil que a Educação Fiscal existe já disseminada em todos os estados. Como exemplo, somente na última edição, sete estados de quatro regiões foram premiados, mostrando que o trabalho vem sendo capilarizado por todo o território nacional.

Este é o nosso desafio: Disseminar o conhecimento, interiorizar a participação e "perder o controle", ou seja, a Educação Fiscal acontece aqui, ali e em todo lugar, no dia a dia da vida de todos os cidadãos.



Reunião do GT - 66 Educação Fiscal





A Educação Fiscal na imensidão amazônica



Escola Rural Sete de Setembro, às margens do Lago do Curupira, no Iranduba-AM, nos períodos de cheia e seca



Mais de 8% das 354 inscrições recebidas pelo Prêmio Nacional de Educação Fiscal em 2022 são de projetos realizados no Amazonas. É uma participação expressiva para um estado que concentra apenas 2% da população brasileira em seu território. Esse resultado não é fruto do acaso, mas da dedicação de profissionais que superam desafios impostos pela imensidão da Amazônia para disseminar a Educação Fiscal.

Entre esses profissionais está a Auditora Fiscal de Tributos Estaduais, Jeroniza Albuquerque, ex-presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas (Affeam) e ex-Diretora de Turismo e Eventos da Febrafite. Ela trabalha há cerca de 10 anos com iniciativas de cidadania fiscal.

O trabalho é voluntário, mas exige de Jeroniza disposição para longas viagens, inventividade para superar as intempéries climáticas – como o fenômeno de cheias que alaga muitas escolas da região – e capacidade de mobilização para vencer a falta de insumos básicos para o trabalho.

A maior parte de sua atuação acontece no município de Iranduba, na Região Metropolitana de Manaus, à margem esquerda do Rio Solimões. Na cidade com cerca de 50 mil habitantes faz visitas periódicas às escolas para ajudar na execução e acompanhamento dos projetos de Educação Fiscal, Além de trabalhar a inserção do tema no currículo regular - em matemática com as contas e porcentagens e em português com concursos de redação, por exemplo - faz atividades extracurriculares. As gincanas, corridas e outros eventos servem tanto para incentivar os pedidos de nota fiscal no comércio local como para arrecadar material escolar junto a comerciantes e distribuir às crianças como estratégia para mitigar a evasão escolar.





As dificuldades de deslocamento são também prova do compromisso do Prêmio Nacional de Educação Fiscal com a seriedade da avaliação dos projetos. Isso porque toda iniciativa inscrita é avaliada in loco por representantes do prêmio. Se o projeto for desenvolvido em uma cidade a centenas de quilômetros da capital, com acesso restrito por barco ou avião, a avaliação é feita da mesma forma. Por esse compromisso, Jeroniza já enfrentou diversas vezes a viagem de barco entre Manaus e Parintins, que leva cerca de 23 horas.

"Costumo dizer que fazer educação fiscal no Amazonas é muito diferente da maioria dos estados, em que você pode chegar de carro à porta das escolas. Aqui nada é fácil: acesso, internet, infraestrutura", diz Jeroniza.

O Auditor Fiscal de Tributos Estaduais do Amazonas. Augusto Bernardo Sampaio Cecílio, que coordena o Programa de Educação Fiscal no estado, corrobora os relatos de Jeroniza.

"As grandes distâncias, a ausência de estradas entre os 62 municípios e a imensidão da Floresta Amazônica e dos seus rios acabam sobrecarregando as pessoas que trabalham o tema e exigindo força extra dos disseminadores. Para se ter uma ideia, uma viagem em avião de carreira, partindo de Manaus para municípios

de fronteira, dura em média duas horas e meia. Por barco, vários dias de viagem. Trabalhar Educação Fiscal nas zonas ribeirinhas ou em ramais dentro da floresta é extremamente desafiador", diz.

Outro personagem de destaque na Educação Fiscal no Amazonas é o professor Paulo Henrique Costa do Couto, também conhecido como Paulo Gravata. Ele trabalha na comunidade Nossa Senhora de Fátima. Para sair de Manaus e chegar à escola onde trabalha, o professor atravessa todos os dias o Rio Negro. Para não perder o barco, acorda às 4h20.

Com 55 anos, Paulo Gravata é, além de professor, palhaço. O impostos que pagamos".



Auditor Fiscal de Tributos Estaduais do Amazonas, Augusto Bernardo Sampaio Cecílio, na solenidade de premiação de 2013



Auditora Fiscal Jeroniza Albuquerque em ação de Educação Fiscal

História

As sementes da Educação Fiscal no estado foram lançadas no final de 1997 e os trabalhos começaram em 1998. Em 1999, foi publicado um Decreto Estadual implantando o Programa de Educação Fiscal em todas as escolas públicas e particulares do território amazonense.

O programa institucionalizado no fim da década de 1990 tinha quatro objetivos principais: difundir, na população escolar, e na sociedade em geral, o conhecimento da importância dos tributos para o bem-estar comum; eliminando o atual espírito conflituoso na relação Estado/cidadão; estimular, no aluno, a consciência de que o exercício da cidadania inclui aspectos tributários; destacar, para o estudante, a responsabilidade social dos contribuintes, objetivando o cumprimento voluntário de suas obrigações tributárias; e desenvolver o espírito crítico na fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos.

> Mais de duas décadas depois do início desse trabalho, o estado tem bons resultados a apresentar.

> "O Amazonas é um dos estados que mais inscrevem projetos no Prêmio Nacional de Educação Fiscal, onde já foi finalista diversas vezes nas Categorias Escolas e Instituições, e campeão uma vez, na Categoria Instituições, com projeto "Minha Escola é Tudo de Bom", defendido pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus", diz Augusto Cecílio.

João Frey





























A Educação Fiscal semeia a transformação social



Todos pagamos tributos. Contribuímos para que o governo possa fornecer bens e serviços públicos para o conjunto da sociedade. Pode até parecer que alguém não paga impostos, como por exemplo o imposto de renda, só porque ele é cobrado diretamente de algumas pessoas e de outras, não. Na verdade, uma grande parte do conjunto de tributos é formada por impostos indiretos, que compõem o valor de quase tudo que as pessoas compram ou consomem, sem que elas muitas vezes se deem conta.

É preciso também esclarecer que não importa o quanto cada um paga de impostos. Decidir onde os recursos públicos devem ser gastos, e com que qualidade, é direito de todo cidadão, não importa que contribua com muito ou com pouco. Assim como toda a população pode se beneficiar dos serviços e políticas públicas, todo mundo pode (e deve) dar sua opinião – e cobrar bons resultados da atua-

ção do Estado. Participar é um direito da cidadania. Portanto, facilitar a compreensão e atuação da sociedade nesse sistema é a missão da educação fiscal!

Na Secretaria do Tesouro Nacional, entendemos a importância de que todos tenham informações para boas escolhas públicas e para que compreendam melhor a gestão das finanças públicas, em outras palavras, cuidar do dinheiro que é de todos nós. Se todos participarem, o dinheiro é mais bem gasto, com mais eficiência e qualidade. Esse trabalho de educação para a cidadania é realizado por meio do Programa Tesouro Educacional. São diversos projetos e iniciativas que visam ao desenvolvimento de novos conhecimentos, atitudes e práticas em relação aos recursos públicos.

Mas não fazemos isso sozinhos, claro. Educação Fiscal é o trabalho cotidiano de diversos grupos Brasil afora, os GEFEs (Grupos de Educação Fiscal) organizados em estados, municípios e DF. Além disso, temos o Prêmio Nacional de Educação Fiscal, de suma importância para que projetos fomentados pelos grupos de educação fiscal locais possam ter visibilidade e criar uma corrente do bem, de mais sabedoria e prática sobre temas como a responsabilidade tributária, a solidariedade e capacidade contributivas, a função social dos impostos, o controle social dos gastos públicos, os males da sonegação, equilíbrio e justiça fiscais, dentre outros.

O Prêmio Nacional de Educação Fiscal, promovido pela Febrafite, completa 10 anos em 2022. É motivo de celebração, mas também de muito orgulho. É uma honra para o Tesouro Nacional participar dessa história como instituição parceira, e particularmente, para mim, como membro da Comissão Julgadora, conhecer tantos projetos promissores, sementes riquíssimas para o florescimento da transformação social do país.

Antonio (Tom) Barros

Servidor público e líder do Programa Tesouro Educacional, da Secretaria do Tesouro Nacional, parceira do Prêmio Nacional



10 Anos do Prémio Nacional de Educação Fiscal – Parabéns e Obrigado à Febrafite!



A ideia de cidadania fiscal é hoje frequentemente invocada como forma de legitimar o cumprimento do dever fundamental de pagar impostos, pressupondo que todas as pessoas suportam o Estado, através do subjacente pagamento dos deveres fiscais e tributários, na exata medida da sua capacidade contributiva, mas determinando-se que o mesmo tem que ser suportável, ou seja, ser delimitado por limites jurídico-constitucionais.

Assim sendo, a noção de Cidadania Fiscal implica, por um lado, que haja um sistema tributário considerado justo e, por outro, que haja consciência fiscal generalizada nos contribuintes de um determinado país. O exercício de Cidadania Fiscal é imprescindível para um Estado Fiscal sustentável, uma vez que sem a mesma não existe democracia, desenvolvimento ou igualdade/justiça social.

Assim, a Educação Fiscal constitui um meio para atingir um fim: a construção da cidadania, e o subjacente desenvolvimento social, político, económico e humano da sociedade. Ao sensibilizar os cidadãos relativamente ao valor socioeconómico dos impostos, à importância da observância cabal das obrigações tributárias e ao direito dos mesmos no que toca ao processo de acompanhamento aquando da aplicação dos recursos, procuram empoderar os mesmos para participarem no exercício de uma cidadania ativa e responsável uma vez que o cidadão tem o dever de pagar impostos, mas também tem o direito de conhecer a forma como os mesmos são aplicados.

Ou seja, esta não visa apenas convencer ou ensinar os cidadãos, mas igualmente fortalecer a democracia e coesão social, com recurso à demonstração de que os tributos constituem um meio para atingir o fim primordial da sociedade: o bem-estar social dos cidadãos.

Dez anos se passaram sobre o arranque da iniciativa da Febrafite em lançar o Prémio Nacional de Educação Fiscal, e para além dos óbvios "Parabéns", temos todos nós, sobretudo, de endereçar a essa entidade, a todas as entidades subnacionais que a constituem, e a todos aqueles que foram apoiando e fortalecendo esta iniciativa, um Muito Obrigado! A vossa ação tem-se mostrado como uma das maiores e melhores inicia-

tivas deste género em todo o mundo. Um verdadeiro exemplo a ser seguido, com resultados mensuráveis e evidentes.

Inclusivamente a APIT, fruto da vossa experiência, da vossa partilha de conhecimento e saber (em especial do colega e amigo Roberto Kupski), lançou em Portugal (com a colaboração da Law Academy) o Prémio Nacional de Educação e Cidadania Fiscal (a caminho da sua 2.ª edição) que já granjeou inúmeros apoios na sociedade civil, trazendo para a primeira linha das discussões públicas a questão da literacia, educação e cidadania fiscal.

Assim, mesmo correndo o risco de me repetir, Obrigado Febrafite! E Parabéns pelo 10.º aniversário do Prémio Nacional de Educação Fiscal!

Nuno Barroso

Presidente da Direção da APIT - Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira (Portugal)







ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA ROSILDA WANGHON Santarém (PA)

Trabalha a conscientização sobre a correta aplicação dos tributos por meio da exibição de vídeos educativos, exposição de livros digitais, campanha de combate a corrupção e visita a portais de transparência.

Finalistas 2020

ESCOLA DE EXCEPCIONAIS RAIO DE SOL - APAE Lages (SC)

Trabalhar os temas da educação fiscal e da cidadania com pessoas com deficiência intelectual e autismo: conscientização da função socioeconômica dos tributos; gestão e controle democráticos dos recursos públicos.



ESCOLA ESTADUAL LOREN RIOS FERES Araxá (MG)

Alinhar o projeto pedagógico da escola ao propósito da educação fiscal, objetivando o bem-estar social como resultado da consciência cidadã e da construção de conhecimentos específicos sobre os direitos e deveres do cidadão.





ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PREFEITO WALDO COSTA Lages (SC)

Orientar alunos, professores e comunidade sobre a importância de conhecer as deliberações do Estado com relação aos tributos e aos direitos e deveres do cidadão. O projeto levou em conta que grande parte da comunidade escolar depende de complemento do governo como forma de sustento.







. . . .

ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANTÔNIO REGINATO Marília (SP)

Projeto desenvolvido com alunos do 8º ano visa abrir espaços para debates sobre os tributos e seu papel socioeconômico. Os alunos realizaram algumas pesquisas sobre Lei de Acesso à Informação, LRF e o Portal da Transparência do Município.

COLÉGIO ESTADUAL DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS - NESTÓRIO RIBEIRO Jataí (GO)

Incorporação permanente ao projeto pedagógico do compromisso em formar cidadãos críticos, responsáveis e com a capacidade de enfrentar as adversidades, refletir e problematizar as políticas públicas existentes visando verificar a eficiência das mesmas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Santa Maria (RS)

Objetiva promover o desenvolvimento de ações na área de Educação Fiscal no âmbito da UFSM, tendo em vista o efetivo exercício da cidadania por parte da comunidade acadêmica. Os beneficiários desse projeto correspondem à comunidade acadêmica





OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL -SÃO PAULO São Paulo (SP)

A fim de estimular o exercício do controle social de forma concreta, o projeto propõe acompanhar a atuação da Câmara Municipal de São Paulo de forma global em suas funções. Para este acompanhamento foi escolhida uma metodologia desenvolvida pelo Insper.



3º COORDENADORIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO Acaraú (CE)

Concurso regional de redação com a temática "Educação Fiscal: um caminho para o exercício da cidadania", a fim de fortalecer os conteúdos voltados ao programa nacional de educação fiscal, bem como preparar os alunos para o ENEM.





- ESCOLAS
- INSTITUIÇÕES
- IMPRENSA
- TECNOLOGIA

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE LAGES Lages (SC)

Desenvolvimento da temática Educação Fiscal com os estudantes, com vista à formação ética, integral e reflexiva do discente.Em 2020, o programa esteve em 33 unidades de ensino, 15 centros de educação infantil, e nos 19 núcleos de educação no campo, atendendo a mais de 10 000 estudantes





Mostra como o exercício da educação fiscal é um importante instrumento de conscientização da sociedade sobre os direitos e deveres fiscais. Isso possibilita que o cidadão participe da construção das políticas públicas e exerça seu papel fiscalizador.





MARIA BERNADETH DE OLIVEIRA VASCONCELOS DIÁRIO DO NORDESTE Fortaleza (CE)

Metodologias criativas promovidas em salas de aula do Ceará e entidades filantrópicas incentivam estudantes do ensino fundamental e médio a difundirem conhecimento nos lares e nas comunidades locais.



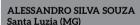
ROBERTO WOLFART TV TEM - AFILIADA GLOBO Bauru (SP)

Vídeo- reportagem criada a partir da notificação do TCE-SP aos municípios que não prestam contas dos gastos com o combate à Covid-19.



MARCUS VINÍCIUS ANJOS TV DIÁRIO Mogi das Cruzes (SP)

A reportagem mostra duas ferramentas para acompanhar os gastos das prefeituras no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. Uma dessas ferramentas, que recebeu grande destaque na reportagem, é o painel da covid-19, iniciativa do TCE-SP.



O Observatório Fiscal dos Municípios de Minas Gerais é uma ferramenta de análise e visualização de dados que tem como objetivo principal promover e, sobretudo, facilitar o controle social das finanças públicas dos governos locais.





ELMARA PEREIRA DE SOUZA Vitória da Conquista (BA)

O Ágora é um jogo de grupo para dispositivos móveis em que os jogadores, chamados de conselheiros, gerenciam uma cidade, tomando decisões coletivas frente à diversas situações-problema apresentadas.



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL Brasília (DF)

O Dívida Aberta é um aplicativo da PGFN que apresenta os devedores inscritos em dívida ativa da União ou do FGTS em situação irregular. Além de promover a transparência pública, o aplicativo visa difundir o consumo consciente e ações de cidadania ativa.



LUCAS MARTINS PAIVA Hidrolândia (CE)

É uma ferramenta que tem o objetivo de demonstrar uma implantação do aplicativo em prefeituras municipais para disponibilizar diversos tipos de dados ao cidadão, como: dados básicos do município, turismo e notícias e dados de transparência exigidos pelos tribunais de contas.







O time Febrafite conquistou o troféu!

A Febrafite é uma das vencedoras do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública - Edição 2022, iniciativa da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que, há mais de 15 anos, reconhece e homenageia o trabalho das entidades que se destacam pela inovação e eficiência na transparência da gestão administrativa, patrimonial e financeira dos recursos públicos.



Sem essa seleção, o Prêmio Nacional de Educação Fiscal não entraria em campo.

Nosso muito obrigado ao time de patrocinadores!

PATROCINADORES























ESCOLA ESTADUAL RUY ARAÚJO Manaus (AM)

O projeto surgiu da necessidade de se trabalhar a Educação Fiscal no âmbito escolar de modo permanente, com o objetivo de contribuir para a formação cidadã dos alunos e da comunidade.

Finalistas 2021/2022

ESCOLA CLASSE KANEGAE Riacho Fundo (DF)

O projeto Educação Fiscal na escola: formando cidadãos conscientes resgata a história dos tributos a partir de uma linha do tempo, destacando a função socioeconômica desses tributos e sua conversão em benefícios para a sociedade.



COLÉGIO ESTADUAL PROF. GERVÁSIO S. DOURADO Aparecida de Goiânia (GO)

O projeto Educação Fiscal no exercício pleno da cidadamia promoveu debates, oficinas, produções textuais e outras atividades com o intuito de fomentar na comunidade escolar a importância de desenvolver uma cultura da educação fiscal.





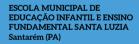
ESCOLA MUN. BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS E ESCOLA MUN. JOÃO BATISTA DE MELO Dores do Campo (MG)

O projeto trouxe às escolas atividades voltadas para a justiça fiscal, com vista ao bem comum e à sustentabilidade da democracia, bem como entender o papel do Estado e sua capacidade de financiar as atividades essenciais.



ESCOLA MUNICIPAL IRMĀ MAGDALINE Barroso (MG)

O projeto "Educação Fiscal: empreendendo cidadania" tem como objetivo desenvolver a compreensão de conceitos que se inter-relacionam: orçamento e planejamento entre receita e despesa, prioridade e equilíbrio entre escolha de preço e qualidade, entre outros.



O projeto "Zelar pelo patrimônio público escolar é dever de todos" trabalhou em parceria escola família, a fim de sensibilizar seus membros, para a corresponsabilidade em relação ao uso, manutenção e preservação dos bens coletivos, começando pela escola.



COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 02 - SEDUC AMAZONAS -Manaus (AM)

O projeto busca viver efetivamente a Educação Fiscal no cotidiano do ambiente escolar, buscando de forma participativa, didática, coerente e também lúdica para que entendam de forma simples um conteúdo tão complexo e importante.





SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS Fortaleza (CE)

O prêmio Sefin de Finanças Públicas Municipais consiste em um concurso de redação, desenho e poema, cuja finalidade não se limita apenas à premiação de alunos e de professores, mas, sobretudo, visa o estímulo à inserção da Educação Fiscal nas



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - AR/ES Vitória (ES)

O projeto "Conhecer para crescer" tem como objetivo informar aos homens e mulheres do campo sobre seus direitos e deveres, com foco na legislação previdenciária.





- ESCOLAS
- IMPRENSA
- INSTITUIÇÕES
- TECNOLOGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE-IJUÍS Entre-Ijuís (RS)

O projeto "Concurso imagens que falam" tem o objetivo de mobilizar e disseminar o tema Educação Fiscal usando o recurso da fotografia para chamar à atenção para o que é feito com dinheiro público.



MARIA CAROLINA ROCHA SAMPAIO KOSSLING - JORNAL O POVO Fortaleza (CE)

O projeto "Retomada da economia" mostra qual a situação do país nos últimos anos. Além de reajustes econômicos e fiscais é necessário um novo olhar para as tendências mundiais e para os potenciais regionais.





RAFAELLY LEITE - TV CORREIO (RECORD PB) João Pessoa (PB)

A reportagem mostra que a Educação Financeira ensinada na sala de aula formaria cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres, já que o pagamento de impostos é benéfico para sociedade e, em contrapartida, a sonegação fiscal pode causar prejuízos irreversíveis.



CHICO REGUEIRA - TV GLOBO Rio de Janeiro (RJ)

A reportagem revela descontrole e uso abusivo da cota parlamentar destinada à manutenção dos mandatos dos deputados federais. De janeiro de 2019 a dezembro de 2020, os deputados gastaram juntos R\$ 367.916.285,02.



LETÍCIA DIAS FAGUNDES
- INSTITUTO MULHERES
JORNALISTAS
São Leopoldo (RS)

A reportagem explica o que é a Educação Fiscal e a importância das tributações para a sociedade. O custo dos tributos está presente em praticamente todas as atividades econômicas e é de extrema importância entender para onde vão os impostos.

JOGO DIGITAL VOCÊ GESTOR - A REDE DA CIDADANIA Salvador (BA)

O TCE/BA criou o jogo digital Você Gestor: a rede da cidadania, um dos produtos que fazem parte do projeto "Educação é da nossa conta". Trata-se de um jogo de tabuleiro e on-line no estilo ludo, cujo objetivo principal é estimular o controle social.







BIBLIOTECA INTERATIVA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INCLUSIVA (BIEI) Contagem (MG)

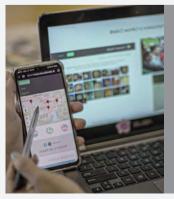
Projeto apresentado à Fundação de Ensino de Contagem como planejamento estratégico a ser implementado na unidade Riacho. O sistema multifacetado da BIEI busca oferecer objetos digitais de aprendizagem para reuso na educação básica.



ONDE ESTÁ O DINHEIRO DA SAÚDE? Recife (PE)

FIOCRUZ
Propõe-se a traduzir as
informações do SIOPS aos
cidadãos brasileiros em uma
linguagem simples, ilustrativa e
intuitiva. As funcionalidades do
aplicativo permitem ao usuário
uma maior proximidade à

atividade governamental.



MONITORANDO A CIDADE / PROMISE TRACKER - USP São Paulo (SP)

É um kit de ferramentas de coleta de dados colaborativos e metodologia projetada para ajudar as comunidades a monitorar temas de interesse que podem variar desde problemas de infraestrutura até avaliação do progresso das promessas feitas pelo governo local.









O Prêmio Nacional de Educação Fiscal da Febrafite, hoje na sua 10^a edição, tornou-se tradicional e muito prestigiado no Rio Grande do Sul. A cada ano, o número de projetos gaúchos apresentados para concorrer ao prêmio tem sido sempre muito representativo quando comparado ao número total de projetos de todo o país. Nesse ano, foram 117 projetos de um total de 354: ou seja, um grande e expressivo terço!

Poderíamos atribuir esse resultado ao fato de o prêmio ter surgido durante a gestão do colega gaúcho Roberto Kupski, enquanto presidente da entidade, e, com certeza, há muita influência nisso. Poderíamos também dizer que os gaúchos possuem uma

cultura e educação bem desenvolvidas, o que se reflete no IDH do estado e, com certeza, isso acaba refletindo tanto na quantidade, quanto na qualidade dos projetos apresentados. Poderíamos dizer que a Afisvec, a Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Rio Grande do Sul. incentiva essa participação, especialmente, das escolas e das instituições, e, certamente, há um reflexo positivo disso. Pode-se dizer, ainda, que o Grupo de Educação Fiscal Estadual - GEFE do estado gaúcho é bastante atuante em conjunto com os Grupos de Educação Fiscal Municipal -GEFM, e realmente, assim é. Além disso, o RS participa ativamente do Grupo Técnico de Educação Fiscal GT-66, iunto à Comissão Técnica Permanente do ICMS - Cotepe, obtendo muitos frutos desse trabalho.

Todos os motivos listados são importantes e verdadeiros, mas, finalmente, o grande e principal incentivo vem do Programa de Integração Tributária – PIT, instituído pela Lei 12.868 de 2007, o qual estimula a educação fiscal através do incremento no índice de retorno do ICMS para os Municípios, e isso, por certo, faz toda a diferença.

O dispositivo legal prevê que 0,5%, ou seja, em torno de R\$ 4 milhões por mês, da cota-parte de 25% do ICMS distribuído para os municípios seja com base na relação percentual entre a pontuação de cada município no PIT e o somatório das pontuações de todos os municípios.

O PIT prevê um conjunto de ações de mútua colaboração entre o Estado e os Municípios, com o objetivo de incentivar e avaliar iniciativas de interesse comum no crescimento da arrecadação do ICMS. Além de ações de incentivo à emissão de documentos fiscais, de programas de combate à sonegação, da gestão de informações do setor primário, 20% da pontuação no PIT correspondem às ações de educação fiscal.

Por certo, os Municípios que participam do programa incentivam suas secretarias e, em







Municípios do interior do RS dão exemplo de envolvimento e cidadania

Gilvânia Banker

especial, suas escolas a promoverem a educação fiscal e, consequentemente, surge um grande número de projetos a cada ano no Rio Grande do Sul. Como diz o hino riograndense: "Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra!"

Marcelo Ramos de Mello Vice-Presidente (Sul) da Febrafite e Vice-Presidente da Afisvec



Premiado em 2017, com segundo lugar na categoria Instituição, o Município de Estação, no Rio Grande do Sul, é um bom exemplo a ser seguido. Caroline Tonin Cadorin, que na época da premiação era a coordenadora de Educação Fiscal, conta que os resultados do trabalho na cidade se refletem até os dias de hoje. "Ano após ano percebemos os munícipes mais envolvidos e com consciência da importância dos tributos, bem como na participação efetiva em ações do governo, desenvolvendo atitudes de responsabilidade", comenta.

Segundo informações do Grupo de Educação Fiscal Municipal (GEFIM), Estação baixou consideravelmente o índice de inadimplência como o IPTU e o IPVA, entre outros tributos e com um aumento de cadastros no Programa Nota Fiscal Gaúcha. Hoje, o Município com pouco mais de 5 mil habitantes tem 24,9% de pessoas cadastradas no NFG. Destaca-se ainda, a pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT), que desde 2017 vem alcançado 100 pontos.

Atualmente, a prefeitura possui em andamento quatro projetos em Educação Fiscal que, de acordo com a Coordenadora atual do Programa Estadual de Educação Fiscal, Daiane Rigo Turki, visam sensibilizar as crianças/estudantes acerca da importância da Educação Fiscal, lendo, conhecendo e debatendo o conceito de cidadania, de direitos e deveres, de preservação do patrimônio público, de arrecadação dos tributos e a aplicação dos recursos.

Estação tomou gosto pela premiação e já está se organizando para concorrer nos próximos anos. "Pretendemos concorrer no próximo ano com um projeto destaque que temos em nível regional da Escola Municipal de Educação Infantil Anjinho da Guarda, o qual desenvolve ações encantadoras com crianças de 0 a 3 anos e suas famílias", adianta.

O RS tem histórico em premiações no PNEF. Em 2018, a Prefeitura de Liberato Salzano levou o primeiro lugar na categoria Instituição. A atual responsável pela Secretaria Municipal da Educação, professora Belamar Anziliero, conta que foi uma surpresa receber o prêmio. "O 1º lugar foi o auge do reconhecimento de todo o trabalho realizado", comenta orgulhosa.

O envolvimento no projeto, conforme a professora, foi muito significativo que resultou em reflexões sobre a importância de ser um cidadão que cumpre seus deveres. Belamar conta que houve um despertar dos jovens para o tema, principalmente no que tange a origem e o destino dos impostos. Atualmente, a prefeitura firmou parceria com a Secretaria da Fazenda do RS com o objetivo de desenvolver novas ações relacionadas a Educação Fiscal. No entanto, a pandemia fez com que inúmeras propostas fossem adiadas. Contudo, Belamar conta que adaptaram algumas propostas a fim de possibilitar a introdução da educação fiscal, de forma interdisciplinar, com ações pontuais e relacionadas ao cotidiano do aluno, sem muita ênfase, pois o foco tem sido a retomada da aprendizagem, da ressocialização e da alfabetização, freados pela Covid 19.



2012

Auditório da OAB Nacional Brasília







Câmara Legislativa do Distrito Federal







Mezanino da Torre de TV de Brasília







2015

Embaixada de Portugal





2016

Clube de Engenharia de Brasília









Embaixada da Espanha





2019

Sede da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp) - SP













EDIÇÃO BIENAL 2021/22





Estádio Nacional Mané Garrincha







Prêmio de Educação Fiscal nos estados

Além do Prêmio Nacional de Educação Fiscal, cinco entidades estaduais filiadas à Febrafite realizam premiações locais. Conheça um pouco mais sobre essas iniciativas.



Auditece/CE

A primeira edição do Prêmio Auditece de Educação Fiscal já está em andamento. A solenidade de lançamento da premiação, que visa valorizar as ações relacionadas à temática no estado do Ceará, está prevista para o dia 7 de fevereiro de 2023. A iniciativa, que vai contemplar projetos em quatro categorias – escolas, instituições, imprensa e tecnologia – terá inscrições abertas a partir do próximo dia 8 de fevereiro.



IAF/BA

O Prêmio IAF de Educação Fiscal tem como principais objetivos a discussão sobre a função social dos tributos, do controle social e da importância da participação de todos no acompanhamento da qualidade dos gastos públicos. O prêmio está na segunda edição. Ao todo, 22 projetos já participaram da iniciativa. Veja mais informações no site www.premioiafeducacaofiscal.org.br.



Entrega do Prêmio IAF de Educação Fiscal 2022 à professora Ladjane Barbosa dos Santos, da Escola Estadual Professor Carlos Valadares, em Santa Bárbara, Bahia



Afrafep/PB

O Prêmio Afrafep de Educação Fiscal está em sua sexta edição. Lançado em 2017, o prêmio se consolida como um importante instrumento de apoio e estímulo às ações do programa de educação fiscal do Estado. Para divulgação, conta com a parceria da Secretaria de Estado da Fazenda, através da Escola de Administração Tributária. Na atual edição são parceiros financeiros do prêmio o Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado da Paraíba e a Lotep – Loteria do Estado da Paraíba. Ao todo já foram quase 70 projetos concorrendo a premiações nas suas diversas categorias. Durante a pandemia, a Afrafep tomou





Solenidade de entrega do Prêmio AFRAFEP de Educação Fiscal de 2021 na sede do Sindifisco/PB

a decisão de manter o prêmio, apesar de todas as dificuldades e adaptações que o momento exigia.

"Como associação de auditores fiscais, estamos fazendo a nossa parte na disseminação de temas relacionados com a vida em sociedade, fazendo com que o cidadão possa entender qual é o seu papel na administração pública, porque paga tributos e qual a sua função social, como poder exercer o controle social, no voto consciente, no zelar e preservar o meio ambiente, enfim, empoderá-lo para um intervir social que possa promover transformações na sociedade", diz a presidente da Afrafep, Elaine Carvalho".



Audifisco/TO

A Audifisco/TO realizou o 1º Prêmio Estadual de Educação Fiscal do Tocantins, no ano de 2020, que por causa da pandemia, teve que ser cancelado. Já em 2021, ainda em meio a situação, enfrentando dificuldades e fazendo algumas adaptações no primeiro edital, o concurso foi realizado totalmente de forma virtual. Foram seis inscritos, 5 na categoria escola, 1 na categoria imprensa.

Em 2022, a Audifisco lançou a segunda edição do prêmio estadual e conta com grandes parceiros, como Governo do Tocantins, através da Secretaria Estadual da Fazenda, Receita Federal, e Conselho Regional de Contabilidade. A edição ainda está em andamento e deve premiar os participantes até o fim de dezembro.

"O Prêmio Estadual de Educação Fiscal é sobretudo um incentivo à melhor forma de distribuição de rendas para a sociedade em geral. Tributação e serviços públicos andam juntos. Educação, saúde, segurança pública e tantas outras obras sociais dependem fundamentalmente do produto do tributo", diz o presidente da Audifisco/TO, Jorge Couto.



Affego/GO

Na data de comemoração dos 60 anos da Associação dos Funcionários do Fisco de Goiás (Affego), 24 de junho, foi realizado o I Prêmio Estadual de Educação Fiscal, que teve o apoio técnico da Coordenação de Educação Fiscal da Secretaria da Economia. Colégios estaduais de Uruana (Zico Monteiro, 3º lugar); Santo Antônio do Descoberto (José de Assis, 2º lugar) e Aparecida de Goiânia (Gervásio Santana Dourado, 1º lugar) foram contemplados na categoria "Escolas" e, na categoria "Instituições", foram premiados a prefeitura Municipal de Anápolis (2º lugar) e o Colégio Tecnológico do Estado de Goiás (Cotec), de Catalão (1º lugar). Ao todo, 16 escolas e três instituições se candidataram ao Prêmio. Goiás é uma referência para outros Estados, sempre entre os primeiros na classificatória da Premiação Nacional. Parabéns para todos, nas pessoas dos Presidentes Wilmar Nunes (Affego), Paulo Sergio dos Santos Carmo (Sindifisco-GO) e o auditor fiscal José Humberto.





